

	ATA DE REUNIÃO	Nº 04/2012	
	REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DE ENERGIA EÓLICA DO CEARÁ		
	Data: 10/08/2012	Local: ADECE	Horário: 09h00min
Assunto: Reunião Ordinária			
Pauta:			
1. A recente nomeação do diretor de Atração de Investimento da ADECE, Sr. Cláudio Frota; 2. Cadastramento das indústrias de energia eólica no programa do BNDES - FINAME; 3. Modelo Regulatório para Micro e Mini – Geração Distribuída; 4. Discussão sobre a entrada de novos representantes do setor eólico na Câmara Setorial.			
Participantes:			
ABEEÓLICA; ADECE; BANCO DO BRASIL; BANCO DO NORDESTE; COELCE; FIEC; IBAMA; NUTEC; SIMEC; SINDRENOVÁVEIS; SINDUSCON-CE.			
Outros participantes:			

(1) A recente nomeação do diretor de Atração de Investimento da ADECE, Sr. Cláudio Frota

Apresentação realizada pela Sra. Alyne Canamary (ADECE). Comentou o currículo do Sr. Cláudio Frota para os demais participantes.

(2) Cadastramento das indústrias de energia eólica no programa do BNDES - FINAME

Sr. Adão Muniz (ABEEÓLICA) explica a alteração da metodologia de análise do conteúdo nacional por parte do BNDES, o qual as empresas eólicas precisam ter 60% do componente produzido no Brasil. Com isso, cinco indústrias perderam o acesso ao FINAME, entre eles a SUZLON, o mesmo ainda comenta que a posição da ABEEÓLICA é favorável à indústria nacional, mas contratos realizados e aceitos pelo governo, não devem ser categorizados diretamente como não cadastramento ou desclassificação 3000 MW contratados dos 7.000 MW, onde muda completamente o perfil financeiro que inviabiliza os projetos ou seja, mudança de regras após projetos contratados, que seja feita mudanças das regras após o próximo leilão.

Sr. Vitor Santos (SINDRENOVÁVEIS) explica o caso da Aeris, empresa que já conta com 200 funcionários e fornece pás eólicas para dois clientes descadastrados no FINAME. A empresa pode ser bastante prejudicada com a medida, pois parte de sua matéria-prima é importada.

Sr. Cláudio Frota (ADECE) explica que nos primeiros leilões de energia era divulgado nas páginas do BNDES as condições de apoio do BNDES a aqueles leilões, todos os projetos de empresas levaram em conta o financiamento do BNDES, alguns projetos ainda foram mais além levaram a possibilidade de fonte de financiamentos do FNE e FDNE e complementa afirmando que o interesse da ADECE é de lutar para que haja o encadeamento da energia eólica no Ceará, fala que não se consegue adensar e fazer isso num único momento, trazendo empresas que podem fabricar componentes aqui e chegar ao índice de nacionalização pretendido.

As últimas ações da ABEEÓLICA com o BNDES e com o ministério de Minas e Energia são comentadas pelo Sr. Adão Muniz (ABEEÓLICA). A emissão de uma nota técnica, inclusive com cópia para o Governador do Ceará, calculando a consequência econômica do descadastramento das eólicas no FINAME. O Sr. Jurandir Picanço (FIEC) ressalta que precisa ser feita uma ação específica do Ceará, através do Governador, e pede a ADECE a

realização de um documento, com dados quantitativos, que o alerte a consequência negativa que a ação do BNDES pode trazer para o Ceará, dando-lhe força para brigar pelos interesses do nosso Estado.

Sr. Bernardo Viana (SINDUSCON-CE) pontua que em reunião na FIESP, o chefe de departamento de fontes alternativas informou que os financiamentos que já lograram êxito em leilões passados, mesmo sem ter atingido os 60% de componente nacional, terão seu financiamento garantido, porém com taxa de juros a longo prazo calculadas pelo IPCA, onerando o VPL do investimento.

(3) Modelo regulatório para micro e mini – Geração Distribuída

Apresentação do Sr. Jurandir Picanço (FIEC).

Sr. Adão Muniz (ABEÉOLICA) sugere a COELCE que se antecipe ao mercado, seja pioneira, trabalhando em prol da micro e mini geração. O Sr. Jurandir Picanço (FIEC) propõe que a COELCE use países bem sucedidos com geração distribuída como exemplo.

Sra. Siomara Ribeiro (COELCE), argumenta que estão trabalhando com custo viabilidade e com o prazo limite da resolução 482 ANEEL, pois existem aspectos técnicos que são desconhecidos para a COELCE. Ainda comenta que a própria ANEEL não está segura em relação ao novo modelo, tanto que há uma alteração prevista para a resolução. Sr. Jurandir Picanço (FIEC) fala que se preocupa com o crescimento da geração de mini e micro geração e a arrecadação de imposto ICMS de 27%, faz uma mensagem que o mesmo consumidor pode produzir a sua energia num sítio e compense a produção na outra sua instalação, fazendo comparações e exemplos, sugere que a COELCE, por conta de ainda não dominar o tópico, leve-o a universidades, empresários, para que todos emitam sugestões gerando um enriquecimento do assunto a COELCE.

Sr. Fernando Ximenes (SIMEC) concorda com Sr. Jurandir Picanço (FIEC) e diz que o Ceará é privilegiado com os potenciais de geração distribuída mini e micro geração entre Itaitinga e o Pecém sendo eólico de 2000 MW distribuído e 20.000 MW de solar que é igual equivalente a 29 termelétrica semelhantes a que esta se implantando no Ceará, fala que a geração de 1MW de energia solar no telhado de um galpão industrial é igual a uma usina solar de Tauá, se a COELCE se antecipasse seria ótimo e que a COELCE também ganha com o crédito em KW de 36 meses e ainda podendo expirar após o prazo de 36 meses se transformando o KW excedente em capital de giro para a COELCE com o excedente de energia gerada pelo auto-produtor.

Sra. Siomara Ribeiro (COELCE), também explica que está trabalhando com os prazos limites da resolução 482 por causa dos aspectos técnicos, definindo tipos de inversores e fala que a COELCE não está segura dos equipamentos, desconhecendo os inversores e não está segura dos impactos dessa geração pulverizada dos demais clientes da COELCE e que a COELCE está aprendendo, e fala que a ANEEL não está muito segura da resolução 482, da qualidade de energia a demanda da COELCE não passa de 2.000MW/h, portanto, se for colocado mais geração do que isso irá ter fluxo voltando para a rede, prejudicando a atividade da COELCE com o cliente. Rebatendo o comentário da COELCE, o Sr. Fernando Ximenes (SIMEC) concorda que o fluxo de retorno existe, mas a aderência dos clientes ao sistema de micro e mini geração é muito pequena e levará algum tempo para se estabilizar, o que não prejudica a rede com um fluxo de retorno muito pequeno.

Sr. Adão Muniz (ABEÉOLICA) concorda com o Sr. Fernando Ximenes (SIMEC) e complementa que a técnica já existe e está consolidada no mundo inteiro, fala das alimentações de energia, dos perfis de carga e que é domínio público.

Sra. Siomara Ribeiro (COELCE) informa que levará todas as propostas a COELCE, e que a setor técnico da empresa está trabalhando para se aprimorar nesse tipo de geração, inclusive através de cursos e reuniões da ABNT. Porém, adianta que a COELCE só entrará nesse mercado quando o cliente tiver segurança.

O Srs. Fernando Ximenes (SIMEC) e Jurandir Picanço (FIEC) destacam que o impacto para a COELCE, no começo, será muito lento, devido à falta de mão-de-obra especializada, adaptação dos telhados das casas, dentre outros motivos. Ainda relatam o desenvolvimento econômico que a geração distribuída irá trazer. Com o apoio do Sr. Cláudio Frota (ADECE) que explica que, o adensamento da cadeia de energias alternativas é muito importante para o Estado. Ele conclui ressaltando que negócios que aderem novas tecnologias levam vantagem em seus mercados.

É proposto para a COELCE, que na próxima reunião, apresente seus projetos com relação à geração distribuída.

(4) Discussão sobre a entrada de novos representantes do setor eólico na Câmara Setorial

Sr. Adão Muniz (ABEEÓLICA) explica que há uma demanda de empresas privadas (desenvolvedores, investidores, fabricantes e empresas eólicas em geral), através da ABEEÓLICA e ADECE, interessadas em participar da Câmara Setorial. É importante pontuar que no estatuto da CS Eólica, os membros são representantes de entidades ou instituições relacionados ao assunto, inclusive está previsto em lei. Portanto, teria que ser revisado o estatuto para a entrada desses novos participantes ou estes formariam um grupo que os representariam na Câmara Setorial.

Sr. Jurandir Picanço (FIEC) salienta a importância da participação do SENAI na CS Eólica e os demais concordam com a adesão desse órgão.

- Outros assuntos abordados

a) Minuta do Conselho Nacional do Meio Ambiente para licenciamento de eólicas com âmbito nacional.

b) É proposto pelo Sr. Adão Muniz (ABEEÓLICA), analisar a alteração do nome e do conceito da Câmara Setorial, para que aborde todo o conteúdo de energia renovável. O Sr. Jurandir Picanço (FIEC), sugere o nome Câmara Setorial de Energias Renováveis, aprovado pelo Sr. Cláudio Frota (ADECE).

c) Os participantes entraram em consenso que, a partir de então, certas instituições, só serão convocadas para as reuniões ordinárias se a pauta for de interesse delas.

Encaminhamentos:
○ A emissão de nota técnica, com cópia ao Governador do Ceará, calculando a consequência econômica do descadastramento das eólicas no FINAME. Solicitar ao Governador um posicionamento. ○ O presidente da CS Eólica, Sr. Adão Muniz (ABEEÓLICA) deverá formalizar convite a Coelce, para que seja realizada na próxima reunião uma apresentação sobre medidas tomadas para ampliação do uso da micro e mini geração. ○ Formalizar convite para a entrada do SENAI na CS Eólica.

Propostas para pauta da próxima reunião:
○ Ações do Governo no CIPP – Organização logística em relação à empresa de energia eólica; ○ Apresentação Coelce – Micro e Mini Geração; ○ Apresentação de projetos concluídos – CENEA.

Agradecemos a participação de todos e solicitamos que encaminhem para o email cseolica@adece.ce.gov.br, sugestões para inclusão na pauta da próxima reunião.

Próxima Reunião Ordinária: 14 de setembro de 2012

Fernando Ximenes – Primeiro Secretário